

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.747 - CE (2018/0273945-8)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE IPU
ADVOGADO : RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO - CE006615
AGRAVADO : LUCIMAR DE SOUSA LIMA
ADVOGADO : JOÃO PAULO JÚNIOR - CE011081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MUNICÍPIO DE IPU, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim ementado (fl. 94):

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. COBRANÇA. VENCIMENTO MENOR QUE O SALÁRIO MÍNIMO. DIFERENÇAS. QÜINQUÊNIO QUE ANTECEDEU A PROPOSITURA DA AÇÃO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO. APLICAÇÃO DO ART 7º, IV, C/C ART 39, § 3º, DA CF/88. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS

1. O cerne da questão consiste em analisar a possibilidade de pagamento, por parte do Município, das verbas remuneratórias retroativas referentes ao período em que pagou ao servidor valor inferior ao salário mínimo, bem como seus reflexos nas férias e no décimo terceiro salário. Respeitada a prescrição quinquenal a contar do ajuizamento da ação.

2. O anúncio do julgamento antecipado da lide, por si só não se apresenta como fundamento apto a ensejar a nulidade da sentença de mérito prolatada, fazendo-se necessária a demonstração do prejuízo decorrente dele e da necessidade de instrução probatória do feito, o que não ocorreu. PRELIMINAR REJEITADA.

3. A garantia constitucional do salário-mínimo estende-se a qualquer servidor, estando estampada na Carta Magna, no art. 7º, inc. IV, c/c art. 39, § 3º. Inexiste qualquer previsão legal que possibilite o pagamento proporcional do salário-mínimo de acordo com a jornada de trabalho. Precedentes.

4. Tendo em vista tais considerações, o município recorrente deve remunerar seus servidores adequando-se ao quantum limítrofe estipulado na Carta Maior, qual seja, o salário-mínimo nacionalmente unificado. Comprovado o pagamento a menor, diferenças devidas.

5. Quanto às verbas atrasadas e referidas na inicial, cumpria a edilidade, a apresentação de documentos que demonstrassem o efetivo pagamento (art. 373, II, do CPC/15).

6. Reexame Necessário e Apelação conhecidos e desprovidos.

Naquela decisão, tendo como pano de fundo o conjunto probatório carreado aos autos, foi decidido pelo desprovimento do apelo interposto pelo ente público, reconhecendo o direito da servidora em receber remuneração nunca inferior ao salário mínimo.

No recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 355, inciso I e 373, inciso I do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, a anulação da sentença face à ocorrência do julgamento antecipado da lide sem prévio conhecimento das partes. Assim, considera violado o art. 355, inciso I, do CPC/2015.

Aduz, ainda, que não há nos autos provas capazes de demonstrar o direito alegado pelo recorrido. Assim, considera violado o art. 373, inciso I, do CPC/2015.

O recurso especial foi inadmitido com base na incidência da Súmula n. 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento recursal, nos termos do parecer de fls. 207-214, que guarda a seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ÔNUS PROBATÓRIO. NECESSIDADE DE INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO- PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO.

É o relatório. Decido.

Tendo o agravante impugnado a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que se refere ao suposto cerceamento de defesa em virtude do julgamento antecipado da lei, o Tribunal *a quo* assim se manifestou (fls. 96-97):

(...)

Primeiramente, cumpre apreciar a preliminar de cerceamento do direito de defesa alegada pelo recorrente.

Em resumo, aduz o recorrente a ausência de anúncio de julgamento antecipado da lide por parte do magistrado prolator da sentença o que acarretaria cerceamento do seu direito de defesa.

Refere-se a necessidade de dilação probatória afim de que apresente

documentos que bem demonstram o desacerto do pleito autoral.

A meu ver, o simples fato de o magistrado não anunciar o julgamento antecipado, por si só não se apresenta como fundamento apto a ensejar a nulidade da sentença de mérito prolatada. Necessário se faz que a parte interessada em desconstituir referido julgamento apresente o prejuízo decorrente daquele julgamento antecipado.

Por certo, a ordem "normal" do processo requer que o magistrado após a formação do contraditório oportunize às partes o direito de apresentarem as provas que pretendem ver analisadas pelo magistrado, provas estas que devem ser produzidas por ocasião da instrução.

É sabido, contudo, que não são todas as demandas que ensejam esse procedimento, posto existirem causas as quais a decisão prescinde de qualquer análise probatória, devendo o magistrado apenas aplicar o direito ao caso concreto apresentado, ou mesmo aquelas em que as provas já se apresentam devidamente anexadas aos autos, fazendo com que o magistrado, em observância ao princípio da celeridade processual, anuncie o julgamento antecipado da causa.

O presente caso, a despeito do entendimento apresentado pelo recorrente, certamente prescinde de maior dilação probatória, notadamente em razão de que os documentos referidos pela edilidade podiam perfeitamente ser apresentados por ocasião da contestação, não havendo que se aguardar a abertura de uma instrução para tal mister. É sabido, inclusive, que a contestação serve para defender-se dos fatos articulados pelo autor na inicial, de forma a desconstituí-los.

(...)

Esta Corte Superior entende que só se declara a nulidade de atos processuais quando for verificado no caso em comento a ocorrência do efetivo prejuízo a uma das partes, o que não se observa na hipótese em tela, como expressamente consignado da leitura do trecho acima mencionado.

Conclui-se, portanto, que a análise da existência de cerceamento de defesa, em virtude do julgamento antecipado da lide, demanda a análise do conjunto do complexo fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, em virtude do óbice da Súmula 7/STJ.

Quanto à alegação de insuficiência de provas capazes de demonstrar o direito alegado, verifica-se que a questão demanda a análise de matéria probatória, inviável na via especial em virtude do disposto na já mencionada Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido, é o entendimento do *Parquet* federal (fls. 207-214):

(...)

Veja-se que, em relação à produção antecipada de provas, não diverge a jurisprudência dessa Corte Superior, no sentido de que o ato processual só pode ser anulado se houver causado prejuízo à parte. No caso concreto, o Tribunal a quo considerou que não era necessária a dilação probatória, "notadamente em razão de que os documentos referidos pela edilidade podiam perfeitamente ser apresentados por ocasião da contestação".

Desse modo, para se concluir em sentido diverso ao alcançado pelo

Tribunal a quo, nos moldes pretendidos pelo ora agravante, seria necessário se revolver matérias probatórias, inviável na via especial. Nos termos da Súmula n. 7 do STJ, "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Esse mesmo entendimento se aplica também à tese de que estaria comprovado nos autos que o recorrido já vinha percebendo o salário mínimo legal e que as verbas salariais apontadas como atrasadas estariam quitadas, o que vai de encontro ao que afirmou a Corte de Justiça Estadual.

(...)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator